



**Centro Universitário de Brasília**  
**Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**VALMIR MENDES DOS SANTOS**

**INTERVENÇÃO DE TERCEIROS E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:  
DENÚNCIAÇÃO DA LIDE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

**Brasília**  
**2010**

VALMIR MENDES DOS SANTOS

**INTERVENÇÃO DE TERCEIROS E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:  
DENÚNCIAÇÃO DA LIDE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília  
(UniCEUB/ICPD) como pré-requisito  
para obtenção de Certificado de  
Conclusão de Curso de Pós-graduação  
*Lato Sensu* em Direito Processual Civil  
Aplicado à Atividade Profissional dos  
Servidores do STJ.

Orientador: Prof. Dr. André Pires Gontijo

**Brasília  
2010**

VALMIR MENDES DOS SANTOS

**INTERVENÇÃO DE TERCEIROS E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:  
DENÚNCIAÇÃO DA LIDE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília  
(UniCEUB/ICPD) como pré-requisito  
para obtenção de Certificado de  
Conclusão de Curso de Pós-graduação  
*Lato Sensu* em Direito Processual Civil  
Aplicado à Atividade Profissional dos  
Servidores do STJ.

Orientador: Prof. Dr. André Pires Gontijo

Brasília, 4 de dezembro de 2010.

**Banca Examinadora**

André pires Gontijo  
Professor Mestre

Tânia Cristina da Silva Cruz  
Professora Doutora

Henrique Vitali Mendes  
Professor Mestre

**Brasília  
2010**

Aos meus pais, Teodoro Ferreira dos Santos(in memorian), e Permina Veiga Mendes.

## AGRADECIMENTO

Agradeço ao Professor André Pires Gontijo pela sua orientação do presente trabalho.

Agradeço os Professores Tânia Cruz e Gilson Ciarallo que foram a chave para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus filhos Isadora Cristina de Brito Leite Mendes, Matheus Guilherme de Brito Leite Mendes, Kleber do Santos Mendes e Carlos Eduardo dos Santos Mendes pela paciência e compreensão.

Ao Ministro Carlos Alberto Menezes Direito (in memorian), o meu mestre maior.

Aos meus irmãos Maria de Lourdes, Delzuita, Nair (in memorian), Alzira, Josefa, Joaquim, Petronília, Maria Lúcia, Teodorio, Lucineide e Elter que me orgulho de ser irmão.

Um agradecimento especial aos meus revisores Olívia Cristina e Marcelo Freitas.

Especialmente à amiga e esposa Deise Cristina de Brito Leite Mendes dos Santos a qual dedico meu carinho e amor. A razão dessa conquista.

## RESUMO

Trabalho de monografia elaborado com objetivo de demonstrar a divergência doutrinária e jurisprudencial acerca da interpretação e aplicação do artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor, que veda expressamente a utilização do instrumento da denúncia da lide nas ações de reparação de danos ajuizadas pelo consumidor por um prejuízo sofrido em decorrência de uma prestação de serviço ou de um fornecimento de produto com algum tipo de defeito ou vício. Para a elaboração do trabalho e para situar melhor o leitor acerca do tema apresentado fez-se necessário pesquisar conceitos nos campos do direito do consumidor e do direito processual civil. No tocante ao direito do consumidor apresentamos os conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço com todos os seus desdobramentos. Já em relação ao direito processual civil, abordamos os conceitos de intervenção de terceiros e suas modalidades, sendo a denúncia da lide a modalidade mais detalhada por se tratar do próprio tema da pesquisa. Na discussão do tema apresentamos alguns julgados extraídos do Superior Tribunal de Justiça contrários e favoráveis quanto a aplicação da denúncia da lide nas relações de consumo.

Palavras-chave: Código de Defesa do Consumidor, relação de consumo, intervenção de terceiros e denúncia da lide.

## ABSTRACT

Work monograph produced with the objective of demonstrating the doctrinal and jurisprudential disagreement about the interpretation and application of article 88 of the code of consumer protection, which expressly prohibits the use of the instrument of Sociedade simples of lide actions damage repair litigated by the consumer by an injury suffered as a result of the provision of service or supply of product with some sort of defect or addiction. For the elaboration of work and to better situate the reader about the subject presented made necessary search concepts in the fields of consumer law and civil procedural law. Regarding the consumer's right to present the concepts of consumer, supplier, product and service with all its unfoldings. Already in relation to the civil procedural law, we discuss the concepts of third-party intervention and its modalities, being the Sociedade simples of lide more verbose mode because it is the theme of the search. In the discussion of the theme are some judged extracted from the Superior Court of Justice to contraries and favourable as the application of Sociedade simples of lide consumer relations.

Keywords: code of consumer protection, consumer relationship, third-party intervention and Sociedade simples of lide

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 CONCEITOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	11
2 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	20
2.1 Assistência, oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo. ....	21
2.1.1 Assistência.....	25
2.1.2 Oposição .....	27
2.1.3 Nomeação à autoria.....	28
2.1.4 Chamamento ao processo .....	29
2.1.5 Denunciação da lide .....	29
3 DENUNCIAÇÃO DA LIDE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO .....	31
3.1. A denunciação da lide, no Código de Defesa do Consumidor, conforme a doutrina	33
3.2. A denunciação da lide, no Código de Defesa do Consumidor, segundo a jurisprudência .....	35
3.3. A denunciação da lide, no Código de Defesa do Consumidor, segundo a jurisprudência favorável quanto a sua aplicação. ....	37
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....	43



## INTRODUÇÃO

As relações de consumo sofreram grandes modificações na passagem do século XIX para o século XX. Essas relações, que no início eram pessoais e diretas transformaram-se em operações impessoais e indiretas, onde não havia necessidade nem importância em se conhecer o consumidor. Do lado do fornecedor, produtor ou distribuidor, houve uma grande transformação, pois os bens de consumo passaram a ser produzidos em série e o comércio ganhou força com a utilização de meios de publicidade para divulgação dos produtos e para continuar atraindo cada vez mais novos consumidores de produtos ou usuários de serviços.

Porém, esse avanço não se mostrou muito positivo em relação ao consumidor, pois este estava completamente desamparado tanto em relação a informação como em relação à própria legislação. Não existia, para o consumidor, uma proteção efetiva nas relações de consumo, sendo essas relações regidas apenas pelo Código Civil então vigente. Isso deixava o consumidor, muitas vezes, vulneráveis à ação de maus comerciantes, pois em relação a estes os consumidores se mostravam hipossuficientes e, além disso, havia uma certa morosidade para o consumidor obter uma resposta via judicial quando resolvia ingressar com uma ação de reparação de danos sofridos em uma relação de consumo. A partir daí, a vulnerabilidade do consumidor foi reconhecida, fazendo com que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, anunciasse a edição do Código de Defesa do Consumidor. Logo, em 11 de setembro de 1990, foi promulgada a Lei nº 8.078, com o principal objetivo de defender o consumidor na aquisição de produtos e serviços.

Com a vigência dessa norma, as relações de consumo passaram a ser tratadas dentro do seu próprio estatuto, com abrangência geral nas relações de consumo, possibilitando mais efetividade processual ao consumidor.

O presente trabalho foi baseado nos Códigos de Processo Civil e de Defesa do Consumidor, abordando aspectos importantes de cunho processual na defesa do consumidor, nos casos onde tenha ocorrido dano ao destinatário final, provocado por fornecedores de produtos ou serviços.

O ponto fundamental do desenvolvimento deste trabalho baseia-se no seguinte questionamento: seria possível a utilização do instrumento da denunciação da lide em processo que verse sobre relação de consumo? A vedação do art. 88<sup>1</sup> do Código de Defesa do Consumidor é única e absoluta ou é possível relativizá-la por meio de outros artigos do Código de Defesa do Consumidor?

Em um primeiro momento, far-se-á uma abordagem dos conceitos dos elementos formadores da relação de consumo: consumidores e fornecedores, produtos e serviços e uma conceituação sobre os elementos da intervenção de terceiros.

Em um segundo momento, procurar-se-á uma definição quanto a aplicabilidade da denunciação da lide nas relações de consumo.

Serão também analisados, os argumentos doutrinários favoráveis e contrários à intervenção de terceiros nas relações de consumo e, no caso concreto, a denunciação da lide, apresentando-se, também, as últimas decisões da jurisprudência brasileira, representada pelo Superior Tribunal de Justiça.

---

<sup>1</sup>“Art. 88. Na hipótese do art. 13, parágrafo único deste Código, a ação de regresso poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, vedada a denunciação da lide”.

## 1 CONCEITOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

O Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078) foi criado em 11 de setembro de 1990 com a finalidade de disciplinar os contratos em que haja relação de consumo.

Cláudio Bonatto, definiu relação de consumo como:

o vínculo que se estabelece entre um consumidor, destinatário final, e entes a ele equiparados, e um fornecedor profissional, decorrente de um ato de consumo ou como reflexo de um acidente de consumo, a qual sofre a incidência da norma jurídica específica, com o objetivo de harmonizar as interações naturalmente desiguais da sociedade moderna de massa.<sup>2</sup>

Em toda relação de consumo temos, de um lado, a figura do consumidor, que encontra-se definida no artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor, ou do consumidor equiparado, conceituado no parágrafo único do artigo 2º, e nos artigos 17 e 29 do mesmo Código. E, do outro lado, temos a figura do fornecedor (art. 3º do CDC), pois, não sendo assim, essa relação pode ser simplesmente comercial ou civil, devendo ser regida por outras normas, de acordo com a natureza jurídica de tal relação.

De início, faz-se necessário conceituar alguns termos de extrema relevância para entendimento deste trabalho: consumidor, fornecedor, produto e serviços e os elementos da intervenção de terceiros: assistência, oposição, chamamento ao processo, nomeação à autoria e denunciação da lide.

### 1.1 Consumidor

O conceito de consumidor está contemplado no artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor, que o define como sendo “toda pessoa física ou jurídica que adquire

---

<sup>2</sup> BONATTO, Cláudio. **Questões controvertidas no Código de Defesa do Consumidor: principiologia, conceitos, contratos atuais**. Cláudio Bonatto, Paulo Valério Dal Pai Moraes. 5. ed. rev. Atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2009, p. 62/63.

ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”, e pelos artigos 17 e 29 do mesmo Código, que trazem a definição de consumidor equiparado.

Cláudia Marques<sup>3</sup> conceitua consumidor de forma mais subjetiva, excluindo do âmbito de proteção das normas de defesa do consumidor, os contratos realizados entre dois profissionais, pois, segundo a autora, estes visam obter lucro. E quando se refere a consumidor, deve-se ter em mente o consumidor não-profissional, que contrata com um profissional de fato, comerciante, industrial ou profissional liberal.

Ela acrescenta ainda que o diploma legal apresenta um conceito mais objetivo de consumidor quando utiliza a expressão: “destinatário final”. Segundo a autora:

Destinatário final é o consumidor final, o que retira o bem do mercado ao adquirir ou simplesmente utilizá-lo (endverbraucher), aquele que coloca um fim na cadeia de produção e não aquele que utiliza o bem para continuar a produzir ou na cadeia de serviço”, aquisição ou utilização do bem como destinatário final.<sup>4</sup>

Já Antônio Herman V. Benjamin, discorreu detalhadamente sobre o conceito jurídico de consumidor, explicando que:

É todo aquele que, para seu uso pessoal, de sua família, ou dos que se subordinam por vinculação doméstica ou protetiva a ele, adquire ou utiliza produtos, serviços ou quaisquer outros bens ou informação colocados à sua disposição por comerciantes ou por qualquer outra pessoa natural ou jurídica, no curso de sua atividade ou conhecimento profissionais.<sup>5</sup>

A partir dessas exposições, surgiu uma grande controvérsia acerca do que seria “destinatário final” de produtos ou serviços, fazendo nascer duas correntes doutrinárias

---

<sup>3</sup> MARQUES, Cláudia Lima. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. Cláudia Lima Marques, Antonio Herman V. Benjamin, Bruno Miragem. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 83.

<sup>4</sup> MARQUES, Cláudia Lima. op. cit., p. 83.

<sup>5</sup> Antônio Herman V. e Benjamin in ALMEIDA, João Batista de. **A Proteção Jurídica do Consumidor**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 40.

para explicar a definição de tal termo: a corrente maximalista e a corrente finalista (majoritária).

Para os maximalistas, as normas do Código de Defesa do Consumidor devem ser aplicadas ao maior número possível de relações, devendo, dessa forma, interpretar-se o artigo 2º de forma mais extensiva. Para eles, a definição do referido artigo é objetiva e não importa o fato de a pessoa física ou jurídica auferir ou não lucro ao adquirir um produto ou utilizar um serviço.<sup>6</sup>

Partindo-se para a teoria finalista, temos que destinatário final é aquele destinatário fático e econômico, independente de ser pessoa física ou jurídica. O destinatário final é o consumidor final, aquele que retira o bem do mercado para utilizá-lo (destinatário final fático) e que coloca um fim na cadeia de circulação (destinatário final econômico). Não é considerado consumidor aquele que adquire um bem e o utiliza ou o transforma para continuar a produzir.<sup>7</sup>

Influenciados pelas doutrinas francesa e belga os finalistas evoluíram para uma posição mais branda, mas, sempre de forma teleológica, admitindo que o Poder Judiciário, ao reconhecer a vulnerabilidade de uma pequena empresa ou profissional que adquiriu certo produto fora do seu campo de especialidade, interprete o artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor de acordo com o fim da norma, isto é, que garanta proteção ao mais fraco na relação de consumo, e conceda a aplicação das normas especiais do Código de Defesa do Consumidor, de forma análoga também a esta empresa ou este profissional.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> MARQUES, Cláudia Lima. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. Cláudia Lima Marques, Antonio Herman V. Benjamin, Bruno Miragem. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 84.

<sup>7</sup> MARQUES, Cláudia Lima. op. cit. p. 84.

<sup>8</sup> MARQUES, Cláudia Lima. op. cit. p. 84.

Diferente é o entendimento de João Batista de Almeida, posto que a definição de consumidor abrange pessoas físicas e jurídicas sem considerar a capacidade financeira. Para ele é importante apenas a ausência de finalidade de intermediação ou revenda. Além disso, entende que, para ser considerado consumidor:

basta que seja o “destinatário final” dos produtos ou serviços, incluído aí não apenas aquilo que é adquirido ou utilizado para uso pessoal, familiar ou doméstico, mas também o que é adquirido para o desempenho de atividade ou profissão, bastando, para tanto, que não haja a finalidade de revenda.<sup>9</sup>

Para José Geraldo Brito Filomeno, que também defende a corrente finalista, o mais correto é que as pessoas jurídicas sejam consideradas consumidoras quando estiverem equiparadas aos consumidores hipossuficientes, ou seja, as pessoas jurídicas serão consideradas consumidoras quando não tiverem intuito de lucro.<sup>10</sup>

Outra característica fundamental na conceituação de consumidor seria a hipossuficiência ou a vulnerabilidade do consumidor, e está prevista no artigo 4º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor.<sup>11</sup>

Cláudia Marques apresenta a vulnerabilidade de 4 (quatro) formas: técnica, jurídica, fática e informacional<sup>12</sup>. Na vulnerabilidade técnica, o consumidor pode ser ludibriado por não possuir ou possuir poucos conhecimentos técnicos e específicos sobre o objeto que está adquirindo.

---

<sup>9</sup> ALMEIDA, João Batista de. **A Proteção Jurídica do Consumidor**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 43.

<sup>10</sup> FILOMENO, José Geraldo Brito in GRINOVER, Ada Pellegrini, Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Daniel Roberto Fink, Kazuo Wataebe, Nelson Nery Júnior e Zelmo. **Código de Defesa do Consumidor Comentado pelos autores do anteprojeto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 28.

<sup>11</sup> Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; (...)

<sup>12</sup> MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2006. p. 320-336.

A vulnerabilidade jurídica ou científica ocorre por falta de conhecimentos jurídicos, contábeis ou econômicos. Esta vulnerabilidade é presumida para o consumidor não-profissional e consumidor pessoa física, segundo as normas do Código de Defesa do Consumidor. Um exemplo clássico é a vulnerabilidade do consumidor firmando contrato de empréstimo frente a uma instituição financeira.

Já na vulnerabilidade fática ou socioeconômica o ponto de concentração é outro parceiro contratual, o fornecedor, que impõe sua superioridade a todos que com ele contratam. Aqui também há presunção de vulnerabilidade para o consumidor não-profissional. Na vulnerabilidade fática tem-se o resultado da desigualdade de forças entre fornecedores e consumidores, uma vez que aqueles possuem plenas condições de impor apenas seus preceitos em uma relação, como ocorre nos contratos de adesão.

Tem-se, por fim, a vulnerabilidade informacional existente até os dias atuais e que representa o maior fator de desequilíbrio na relação entre consumidor e fornecedor, uma vez que em inúmeras situações, este é o único detentor de informações acerca de um dado produto.

## **1.2 Consumidores Equiparados**

Além dos consumidores previstos no caput do art. 2º, o Código de Defesa do Consumidor ampliou o seu campo de aplicação e garantiu uma proteção maior para as pessoas que, embora não constituam o conceito de consumidor em sentido estrito, possam ser atingidas pelos efeitos das atividades dos fornecedores por ocuparem uma posição de vulnerabilidade.

Desta forma, o Código de Defesa do Consumidor, equipara a consumidor, a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de

consumo (art. 2º, parágrafo único), todas as vítimas do evento danoso (art. 17) e as pessoas expostas às práticas comerciais e à disciplina contratual (art. 29).

O parágrafo único do art. 2º do Código de Defesa do Consumidor conceitua que “equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo”. Aqui, o que se tem em mira é a universalidade, o conjunto, o grupo, a classe ou as categorias de consumidores relacionados a um determinado produto ou serviço, e é normal que se previna quanto ao consumo desses produtos ou serviços nocivos.<sup>13</sup> Protege-se de forma genérica a coletividade de pessoas que intervenham nas relações de consumo.

Outra forma de equiparação está presente no artigo 17 do Código de Defesa do Consumidor, que assim dispõe: “Para os efeitos desta seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento”.

O artigo 17 equipara o consumidor às vítimas do acidente de consumo que, apesar de não terem sido consumidoras diretas, foram, de alguma forma, atingidas pelo evento danoso. Segundo Paulo Roque, a redação do art. 17 do Código de Defesa do consumidor, expandiu sua abrangência para aqueles que são consumidores, mas que não participam de forma direta da relação de consumo.<sup>14</sup>

A título de ilustração, Rizzatto Nunes traz como exemplo o caso da queda de um avião em que todos os passageiros, ou seja, os consumidores do serviço, são atingidos pelo acidente de consumo. Neste exemplo equipara-se a consumidor aquelas pessoas que não

---

<sup>13</sup> FILOMENO, José Geraldo Brito in GRINOVER, Ada Pellegrini, Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Daniel Roberto Fink, Kazuo Watanabe, Nelson Nery Júnior e Zelmo. **Código de Defesa do Consumidor Comentado pelos autores do Anteprojeto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 34/35.

<sup>14</sup> KHOURI, Paulo R. Roque A. **Contratos e Responsabilidade Civil no CDC**. Brasília: Brasília Jurídica, 2002. p. 57.



participavam da relação de consumo mas que, mesmo assim, tiveram sua integridade física ou patrimonial atingidas em decorrência da queda do avião.<sup>15</sup>

Por fim, no Capítulo V do Código de Defesa do Consumidor, que trata das práticas comerciais, o legislador inseriu o artigo 29, dispondo que “equiparam-se aos consumidores todas as pessoas, determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas”. Neste artigo, o CDC ampliou sua esfera protetiva a todos aqueles que estejam expostos às práticas abusivas a fim de reequilibrar a relação de consumo e reprimir o uso abusivo do poder econômico.

Segundo Rizzatto Nunes, “uma vez existindo qualquer prática comercial, toda a coletividade de pessoas já está exposta a ela, ainda que em nenhum momento se possa identificar um único consumidor real que pretenda insurgir-se contra tal prática.”<sup>16</sup>

### 1.3 Fornecedor

O fornecedor encontra-se no outro pólo da relação de consumo e é definido no artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor, como:

toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

De acordo com o ensinamento de Paulo R. Roque, fornecedor é aquele que dispõe bens e serviços no mercado, de forma habitual, participando da cadeia de produção com o objetivo de obter lucro, seja produzindo diretamente, ou distribuindo, ou simplesmente intermediando o fornecimento de bens e serviços. Além disso, para que seja considerado

---

<sup>15</sup> NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor com exercícios**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 85.

<sup>16</sup> NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. op. cit. p. 85.

fornecedor, não importa que ele seja nacional ou estrangeiro, público ou privado, pessoa jurídica regularmente constituída ou não, ou entes despersonalizados. Para a caracterização de fornecedor o mais relevante é que ele ofereça bens e serviços com habitualidade e profissionalismo ao mercado.<sup>17</sup>

Nas lições de Cláudia Lima Marques, o critério caracterizador de fornecedor é desenvolver atividade típica de profissionalismo, como comercialização, produção, importação, indicando também a necessidade de certa habitualidade, como a distribuição de produtos. Com estas características podemos excluir da aplicação das normas do Código os contratos firmados entre dois consumidores não-profissionais. E essa exclusão é a mais correta, pois o Código, ao criar direitos para os consumidores, criou também deveres amplos para os fornecedores.<sup>18</sup>

Cláudia Lima Marques ensina ainda que a definição de fornecimento de serviços tem uma interpretação mais aberta bastando, para caracterizá-la como tal, desenvolver atividades de prestação de serviços. A definição de serviço, segundo o § 2º do art. 3º, é “qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista”. Nesse caso, não há necessidade de especificar o profissionalismo, basta que esta atividade seja habitual e reiterada.<sup>19</sup>

Destaca-se, ainda, que poderão ser considerados fornecedores em uma relação de consumo a União, os Estados, os Municípios, as autarquias, os partidos políticos, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as concessionárias, permissionárias e

---

<sup>17</sup> KHOURI, Paulo R. Roque A. op. cit, p. 57/58.

<sup>18</sup> MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2006. p. 393.

<sup>19</sup> MARQUES, Cláudia Lima. op. cit., p. 393.

aquelas que prestem serviço público por delegação, desde que recebam remuneração direta quando do exercício desta atividade profissional.<sup>20</sup>

#### 1.4 Objeto da relação de consumo

Após a caracterização dos sujeitos da relação de consumo, é importante destacar que em toda relação há um objeto, sendo que, na relação de consumo, esse pode ser um produto ou serviço.

A conceituação de produto encontra-se no § 1º do art. 3º do Código de Defesa do Consumidor, sendo “qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial”. José Geraldo Brito Filomeno esclarece que o produto pode ser considerado como qualquer objeto de interesse em determinada relação de consumo e que possui como objetivo a satisfação de uma necessidade do adquirente como destinatário final.<sup>21</sup>

Já o conceito de serviço está no § 2º do art. 3º do Código de Defesa do Consumidor, como sendo “qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.” Apesar de o legislador ter sido bastante precavido de forma que os bancos, financeiras e empresas de seguro não fugissem do âmbito da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, houve tentativa de obter decisão em sentido contrário, como é o caso do julgamento da ADI nº No entanto, o Poder Judiciário reafirmou o que já estava na lei e garantiu que os bancos prestam serviços e vendem produtos (imateriais e materiais), devendo então ser abrangidos pelo Código de Defesa do Consumidor.<sup>22</sup> Nesse sentido vale citar a Súmula nº 297 do Superior Tribunal de Justiça que

---

<sup>20</sup> MARQUES, Cláudia Lima. op. cit., p. 393.

<sup>21</sup> FILOMENO, José Geraldo Brito in GRINOVER, Ada Pellegrini; DENARI, Zelmo; ET. AL. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos autores do Anteprojeto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 44.

<sup>22</sup> NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor com exercícios**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 95/96.

pacificou tal entendimento: “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”.

## 2 INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

Conceitualmente terceiro é: todo aquele que não for parte; no plano do direito processual, todo aquele estranho ao processo, que não faz parte da relação jurídica processual originariamente instaurada entre o autor e o réu. Nos ensinamentos de Luiz Fuz, terceiro é: “aquele que, estando fora do processo, pode intervir na relação pendente para fazer valer direito próprio ou alheio em razão de a decisão proferida poder, potencialmente, dispor com eficácia na sua esfera jurídica”.

A intervenção de terceiros é um tema de matéria processual de extrema relevância, pois trata-se de um incidente que ocorre comumente no processo de conhecimento, podendo também ocorrer na execução.

São várias as formas de intervenção de terceiros: a assistência, a oposição, a nomeação à autoria, a denunciação da lide e o chamamento ao processo. Sua previsão legal encontra-se no Código de Processo Civil nos artigos 50 a 80<sup>23</sup>, sendo a denunciação da lide o tema principal desta pesquisa.

---

<sup>23</sup> “Art. 50 Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la.

Parágrafo único. A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição; mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra.

Art. 56. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

Art. 62. Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.

Art. 70. A denunciação da lide é obrigatória:

Cabe a observação de que a figura da assistência, embora não esteja inserida no Capítulo VI do CPC, também é considerada pela doutrina como uma modalidade de intervenção de terceiros.

Como consideração inicial, vale dizer que a intervenção de terceiros costuma não ser admitida nas relações de consumo, pois, como uma das finalidades da defesa do consumidor é a rápida reparação de seus danos, entende-se que, com a intervenção de terceiros, haverá um retardamento no desenrolar do processo, que não se coaduna com o sistema consumerista.

## **2.1 Assistência, oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo.**

Ao iniciarmos o estudo de intervenção de terceiros, faz-se necessário conceituar alguns elementos diretamente relacionados ao tema: assistência, oposição, nomeação à autoria, denunciação a lide e chamamento ao processo.

Porém antes de abordarmos tais elementos, seguindo um princípio lógico, precisamos falar das pessoas que figuram em uma relação processual, que são as partes, visto que tais figuras surgem, necessariamente, antes da figura do terceiro.

Conceitualmente, partes processuais são as pessoas que fazem parte do processo e entre as quais a lide diz respeito, onde temos, de um lado, aquele que faz um ou

---

I - ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta;

II - ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada;

III - àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

Art. 77. É admissível o chamamento ao processo:

I - do devedor, na ação em que o fiador for réu;

II - dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles;

III - de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.”

mais pedidos ao órgão jurisdicional, que é o autor, e do outro lado aquele contra quem tais pedidos são feitos, que é o réu.

Para os autores, Antonio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco, o autor e réu são os principais sujeitos do processo, sem os quais não se completa a relação jurídica processual. Se todo processo destina-se a produzir um resultado (provimento jurisdicional) influente na esfera jurídica de pelo menos duas pessoas (partes), a preparação desse resultado deve ser feita, na medida do possível, com a presença e a participação desses sujeitos interessados. Autor é aquele que deduz em juízo uma pretensão; e réu, aquele em face de quem essa pretensão é deduzida.<sup>24</sup>

O conceito de parte, segundo Luiz Fux, deve considerar não só a pretensão de direito material, mas também a ação de direito processual, sendo:

parte é aquele que pede em juízo em nome próprio e aquele em face de quem se pede que sejam produzidas as consequências jurídicas da demanda. Deveras, também, consideram-se partes os sujeitos da lide.<sup>25</sup>

Giuseppe Chiovenda definiu muito bem o conceito de parte em sua obra *Instituições de Direito Processual Civil*, para ele,

o conceito de parte entronca-se no conceito do processo e da relação processual: parte é aquele que demanda em seu próprio nome (ou em cujo nome é demandada) a atuação da vontade da lei, e aquele em face de quem essa atuação é demandada. A ideia de parte é ministrada, portanto, pela própria lide, pela relação processual, pela demanda; não é necessário rebuscá-la fora da lide e especialmente, na relação substancial que é objeto de controvérsia.<sup>26</sup>

Para Ernane Fidelis dos Santos, as partes, juntamente com o Juiz, são os sujeitos do processo, conforme exposto:

<sup>24</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araujo, Ada Pellegrini Grinover, Candido Rangel Dinamarco. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 25ª ed. P. 315/316.

<sup>25</sup> FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 262.

<sup>26</sup> CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. Campinas: Bookseller. 2009. p. 768.

visto de um ângulo, o processo é a soma de atos que têm por objetivo solucionar litígios, ou efetivar direitos já reconhecidos, ou prestar cautela a outros processos. De outro ângulo, o processo é “relação jurídica”, dotada de completa autonomia, já que nada tem a ver com a relação de direito material nele deduzida. A característica fundamental da relação jurídica é a de gerar direitos e obrigações para os que dela participam. O processo, a relação processual, tem, como toda relação jurídica, seus sujeitos. Sujeitos do processo são o juiz e as partes. No processo de conhecimento, as partes são o autor, que é aquele que pede tutela jurisdicional, e o réu, aquele contra quem ou em face de quem se pede.<sup>27</sup>

Sendo assim, podemos afirmar que partes são as pessoas que participam do processo como autor ou como réu.

Normalmente, uma relação jurídica de direito material é composta de dois elementos essenciais, o autor e o réu. Vale dizer que, na maioria dos casos, há uma identidade entre a pessoa que formula o pedido (autor), possuidor da chamada *legitimatio ad causam* e *legitimatio ad processum*, e que é considerado o titular da afirmação de direito deduzida, e entre aquele contra quem o pedido foi feito (réu). Sendo que, no nosso direito processual, só em casos excepcional, é permitido que outra pessoa (portadora apenas da *legitimatio ad processum*) que não aquela titular da pretensão material, esteja em juízo formulando o pedido no lugar daquele que seria o autor original, o *legitimado ad causam*.<sup>28</sup>

É importante ressaltar que muitas vezes quem pede em juízo não é o verdadeiro titular do bem, e aquele contra quem se pede talvez não tenha também qualquer relação com o que é pedido. Assim, partes no processo serão esses sujeitos, supostamente vinculados ao objeto pedido, independentemente de serem quem realmente deveriam ser. Com isso é importante identificar os sujeitos da relação em litígio para que eles não retornem a juízo repetindo o pedido anteriormente julgado. O Código de Processo Civil dispõe que,

<sup>27</sup> SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil: processo de conhecimento**. Volume I, 12. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Saraiva. 2007. p. 59.

<sup>28</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil, Volume I, Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. Luiz Rodrigues Wambier, Flávio Renato Correia de Almeida, Eduardo Talamini; coordenação Luiz Rodrigues Wambier. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. P. 233-239.

artigo 471, “Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide”.

Essa modalidade de intervenção de terceiros ocorre através do instituto processual denominado substituição processual, que tem sua previsão legal no art. 42<sup>29</sup> do Código de Processo Civil.

Temos ainda outras possibilidades dessa ocorrência modalidade, citamos, por exemplo, a do art. 6<sup>o</sup><sup>30</sup> do Código de Processo Civil, denominada de legitimidade extra-processual, que permite que uma pessoa que não é a titular do direito material o pleiteie, em nome próprio, quando autorizado por lei, surgindo então a figura do terceiro.

Conforme leciona Ernane Fidélis, “no processo, quem não for parte é terceiro”.<sup>31</sup>

Assim, uma relação processual perfeita é constituída de, no mínimo, três pessoas: o autor, responsável pelo pedido, o réu, contra qual o pedido se dirige, e o juiz, a quem se formula o pedido, formando o triângulo processual. Sendo que, na posição do autor, ou do réu podem surgir duas ou mais pessoas, surgindo daí uma pluralidade de partes na relação processual, a qual damos o nome de litisconsórcio.

O litisconsórcio pode ser ativo, passivo ou misto. Litisconsórcio ativo é aquele formado por vários autores. Por outro lado, ocorre o litisconsórcio passivo quando a

---

<sup>29</sup>“Art. 42. A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes.” [...]

<sup>30</sup>“Art. 6<sup>o</sup> Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.”

<sup>31</sup> SANTOS, Ernane Fidélis dos. op. cit. p. 81.



demanda é dirigida a vários réus. Já o litisconsórcio misto ocorre quando a demanda se dá com vários autores em ambos os pólos da relação processual.<sup>32</sup>

O terceiro que eventualmente tenha interesse na demanda pode ingressar no processo, seja voluntariamente, seja provocado pela parte. A intervenção de terceiros pode ocorrer das seguintes formas: assistência, oposição, nomeação à autoria, chamamento ao processo e denunciação da lide.

### 2.1.1 Assistência

A assistência é uma modalidade de intervenção de terceiro pela qual alguém que tenha interesse que uma das partes saia vencedora em um processo presta auxílio. Para isso basta que haja interesse jurídico. Sua previsão legal encontra-se nos artigos 50 ao 55 do Código de Processo Civil, sendo cabível em qualquer grau de jurisdição, porém, o assistente se inicia no processo na fase que encontra.

A assistência pode ser simples ou litisconsorcial.

A assistência simples, também chamada de adesiva, ocorre quando o terceiro, interessado em que sua situação jurídica não seja desfavoravelmente atingida pela sentença a ser proferida para solucionar o conflito existente entre A e B, intervém no processo para auxiliar uma das partes, autor ou réu, praticando atos processuais com o intuito de ajudá-la a conseguir uma sentença favorável.<sup>33</sup>

Segundo nos ensina o professor Fredie Didier Jr. “a assistência é modalidade de intervenção de terceiro *ad coadjuvandum*, pela qual um terceiro ingressa em processo alheio para auxiliar uma das partes em litígio”. Esse incidente pode ocorrer a

<sup>32</sup> FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 265.

<sup>33</sup> FUX, Luiz, **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 279.

qualquer tempo e grau de jurisdição, e o assistente assume o processo no estado em que se encontra.<sup>34</sup>

Já a assistência litisconsorcial ocorre quando um terceiro passa a atuar no processo também por ter interesse em que a sentença seja favorável ao assistido, não porque a situação jurídica que com ele possui poderá sofrer efeitos desfavoráveis, mas sim porque ela será diretamente atingida pelos efeitos da sentença proferida.<sup>35</sup>

Ao contrário do assistente simples, que luta pela vitória do assistido ou porque a sua relação jurídica é àquele, ou também lhe pertence, o assistente litisconsorcial intervém para discutir relação jurídica nos autos e que também lhe pertence, de direito material idêntica ou dependente daquela deduzida em juízo, ou seja, possui uma relação jurídica com o adversário do assistido, e que será alcançada, em sua essência, pelos efeitos da sentença. Aqui o assistente intervém para defender direito próprio, bem diferente do que faz o assistente simples.<sup>36</sup>

A figura do assistente, tanto simples quanto litisconsorcial, está disciplinada nos artigos 51 a 55 do Código de Processo Civil, e cabe desde a citação do réu até o momento anterior em que ocorra o trânsito em julgado da sentença.

O procedimento será através de uma simples petição dirigida ao juiz da causa, onde requer que o terceiro seja admitido no feito, para isso tem que demonstrar que existe interesse jurídico na intervenção. Que, como se disse, no caso da assistência simples, resulta da possibilidade de vir a sofrer os efeitos da sentença a ser proferida, e para o

---

<sup>34</sup> JR., Fredie Didier. **Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. v. I. Revista, ampliada e atualizada de acordo com a EC/45, o Código Civil, as súmulas do STF, STJ e TFR e as Leis Federais n. 11.232/2005, 11.276/2006, 11.277/2006, 11.280/2006, 11.382/2006, 11.417/2006, 11.418/2006 e 11.419/2006. Salvador. Edições Podivm. 2007. p. 305.

<sup>35</sup>FUX, Luiz. op., cit., p. 279.

<sup>36</sup>FUX, Luiz. op., cit., p. 281.

assistente litisconsorcial, resulta da afetação do conflito de interesse que mantém com o adversário do assistido, pela sentença.

O juiz, ao analisar o pedido de intervenção, se entender não ser cabível o ingresso do terceiro no processo, por não ter ele preenchido as condições necessárias para a assistência adesiva pode, de plano, indeferi-lo.

Ao contrário, concluindo estar conforme determina a lei o requerimento do terceiro, intimará as partes para que, no prazo de cinco dias, ofereçam impugnação. Em não se manifestando as partes no prazo legal e julgando estarem presentes os requisitos necessários, o pedido será deferido, ingressando ele no feito como assistente.

### 2.1.2 Oposição

Oposição é uma ação de terceiro que busca excluir as pretensões do réu e do autor. A oposição ocorre quando as partes estão em litígio e um terceiro ingressa no feito contrapondo-se aos dois litigantes, autor e réu. O oponente não intervém para ajudar nem um nem outro, e sim para lutar por algo que julga ser seu direito.

Para Cândido Rangel Dinamarco, “oposição é a demanda mediante a qual terceiro deduz em juízo pretensão incompatível com os interesses conflitantes do autor e do réu de um processo pendente”<sup>37</sup>. O que caracteriza a pretensão do terceiro, chamado de oponente, é o pedido de tutela jurisdicional em relação ao mesmo bem que as partes originais disputam.

---

<sup>37</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. Volume II, 3ª ed. revista, atualizada e com remissões ao Código Civil de 2002. São Paulo: Malheiros Editores. p. 381/382.

O conceito de oposição, segundo Fredie Didier Jr., é “a demanda por meio da qual terceiro deduz em juízo pretensão incompatível com os interesses conflitantes de autor e réu de um processo cognitivo pendente”.<sup>38</sup> A oposição é possível quando o terceiro pretende a coisa que está sendo disputada entre duas ou mais pessoas. A pretensão do terceiro é incompatível com as pretensões dos litigantes originários.

### 2.1.3 Nomeação à autoria

A nomeação à autoria é o instituto pelo qual aquele que detém coisa em nome alheio, pede, em juízo, para que o verdadeiro proprietário ou possuidor seja chamado ao processo, para que o mesmo prossiga contra ele. O art. 62 do Código de Processo Civil estabelece que: “aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou possuidor”.

O conceito de nomeação à autoria, segundo Dinamarco, é “o pedido feito pelo réu, de ser excluído da relação processual por ilegitimidade *ad causam*, sendo sucedido por um terceiro”.<sup>39</sup>

Para Humberto Theodoro Júnior, na nomeação à autoria consiste no “incidente pelo qual o mero detentor, quando demandado, indica aquele que é o proprietário ou o possuidor da coisa litigiosa, visando a transferir-lhe a posição do réu”.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> JR., Fredie Didier. op. cit. p. 311.

<sup>39</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. Volume II, 3ª ed. revista, atualizada e com remissões ao Código Civil de 2002. São Paulo: Malheiros Editores. p. 395.

<sup>40</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. V. I, Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 138.

### 2.1.4 Chamamento ao processo

O chamamento ao processo ocorre quando sendo citado apenas um, ou alguns dos devedores solidários, peçam eles a citação dos demais devedores, para que possam decidir no mesmo processo a responsabilidade de todos. Para vários doutrinadores, o chamamento ao processo é um instituto peculiar ao processo de conhecimento, sendo inadmissível chamar terceiros ao processo de execução, cautelar ou monitório.

Dinamarco conceitua chamamento ao processo como sendo: “o ato com que o réu pede a integração de terceiro ao processo para que, no caso de ser julgada precedente a demanda inicial do autor, também aquele seja condenado e a sentença valha como título executivo em face dele”<sup>41</sup>. Aqui, o chamado torna-se parte no processo na condição de litisconsórcio passivo, não havendo possibilidade de recusa, uma vez que essa intervenção é provocada.

A definição de chamamento ao processo, segundo Humberto Teodoro Júnior, é “o incidente pelo qual o devedor demandado chama para integrar o mesmo processo os coobrigados pela dívida, de modo a fazê-los também responsáveis pelo resultado do feito”.<sup>42</sup>

### 2.1.5 Denúnciação da lide

A denúnciação da lide tem previsão legal no art. 70 do Código de Processo Civil, e é o ato pelo qual o autor ou o réu procura trazer um terceiro a juízo para melhor tutelar seu direito. A denúnciação da lide ingressou no Código de Processo Civil em

---

<sup>41</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. volume II, 3ª ed. revista, atualizada e com remissões ao Código Civil de 2002. São Paulo. Malheiros Editores. p. 412-413.

<sup>42</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. V. I, Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 156.

substituição à antiga figura do chamamento à autoria. A denunciação da lide é o instituto processual que assegura ao vencido a proposição de futura ação de regresso.

O conceito de denunciação da lide, segundo Fux, é

modalidade de intervenção forçada, vinculado à ideia de garantia de negócio translatício de domínio e existência de direito regressivo. A parte que provoca a denunciação da lide, o denunciante, ou tem direito que deve ser garantido pelo denunciante-transmitente, ou é titular de eventual ação regressiva em face do terceiro, porque demanda em virtude de ato deste.<sup>43</sup>

E essa garantia de regresso é reforçada quando ele diz: “assim, denunciar a lide a alguém não é senão trazer esse alguém para a lide, por força de garantia prestada, ou em razão de direito de regresso existente em face desse terceiro”.<sup>44</sup>

Conforme leciona Theodoro Júnior, a denunciação da lide “é medida obrigatória, que leva a uma sentença sobre a responsabilidade do terceiro em face do denunciante, de par com a solução normal do litígio de início deduzido em juízo, entre autor e réu”.<sup>45</sup>

Nas palavras de Athos Gusmão Carneiro, tem-se que a denunciação da lide:

é uma ação regressiva, ‘in simultaneus processus’ proponível tanto pelo autor como pelo réu, sendo citada como denunciada aquela pessoa contra quem o denunciante terá uma pretensão indenizatória, pretensão de reembolso, caso ele, denunciante, vier a sucumbir na ação principal.<sup>46</sup>

Nos ensinamentos do mestre Cândido Dinamarco Rangel, denunciação da lide “é a demanda com que a parte provoca a integração de um terceiro ao processo pendente, para o duplo efeito de auxiliá-lo no litígio com o adversário comum e de figurar como

<sup>43</sup> FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 294.

<sup>44</sup> FUX, Luiz. op. cit, p. 293.

<sup>45</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. V. I, Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 142.

<sup>46</sup> CARNEIRO, Athos Gusmão. **Intervenção de Terceiros**. 17. ed. rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 2008. p. 101.

demandado em um segundo litígio”.<sup>47</sup> Essa dupla função foi uma opção do legislador brasileiro em trazer o terceiro para ser assistente na causa perante o adversário comum e, ao mesmo tempo, réu numa segunda.

### 3 DENUNCIAÇÃO DA LIDE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

A denúncia da lide constitui uma modalidade de intervenção de terceiros, prevista nos artigos 70 a 76 do Código de Processo Civil. Tal instituto permite ao autor ou ao réu, requerer a citação de terceiros, para garantir no futuro uma ação de regresso, para que o terceiro integre a lide no caso de vencido ao final. A denúncia da lide tem também previsão no Código de Defesa do Consumidor, nos artigos 88 e 101, II, sendo vedado o exercício do direito de regresso do comerciante em face do fabricante, construtor e importador.

O artigo 70 Código de Processo Civil traz situações onde a denúncia da lide é obrigatória:

- I - ao alienante na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta;
- II - ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada;
- III - àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

O artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor traz uma vedação expressa de intervenção de terceiros na modalidade de denúncia da lide em se tratando de relação

---

<sup>47</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. V. 2, São Paulo: Malheiros, 2001, p. 397.

de consumo. Assim dispõe o citado artigo: “Na hipótese do art. 13, parágrafo único deste código, a ação de regresso poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, vedada a denunciação da lide”.<sup>48</sup>

Outra vedação expressa no Código de Defesa do Consumidor é a do artigo 101, inciso II que, além de vedar a denunciação da lide, dispensou também o litisconsorte necessário. Vejamos o que dispõe o citado artigo:

Art. 101. Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste Título, serão observadas as seguintes normas:

(...)

II - o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, vedada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil. Nesta hipótese, a sentença que julgar procedente o pedido condenará o réu nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil. Se o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, vedada a denunciação da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este.

Aqui, mais uma vez, o Código de Defesa do Consumidor vedou a denunciação da lide em ação envolvendo relação de consumo, tendo avançado ainda mais ao final deste artigo com os seguintes argumentos: “vedada a denunciação da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este”.

Portanto, com a vigência do Código de Defesa do Consumidor, nas ações envolvendo relações de consumo, não só não se faz mais necessária a figura da intervenção de terceiros, como também é vedada, especialmente, a denunciação da lide.

---

<sup>48</sup> Código de Defesa do Consumidor. Lei n. 8.078/1990.



### **3.1. A denúncia da lide, no Código de Defesa do Consumidor, conforme a doutrina**

Hoje, há quem sustenta que, não há possibilidade de denúncia da lide nas relações de consumo. Tal entendimento tem como base os fundamentos adotados no parágrafo único do artigo 13, do Código de Defesa do Consumidor, conforme dispõe o artigo 88 do mesmo diploma legal. O argumento utilizado por alguns autores, é de que tal instituto afetaria os princípios norteadores da responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor. Além disso, há quem sustente que se tal denúncia fosse aceita estaria trazendo aos autos discussão sobre a culpa, e com isso haveria um retardamento do processo, afetando os princípios que norteiam o Código de Defesa do Consumidor, notadamente o princípio da celeridade.

Para Rizzato Nunes, a modalidade de intervenção de terceiros foi expressamente proibida no Código de Defesa do Consumidor, e não sendo vedada a ação de regresso, em processo autônomo ou em prosseguimento nos próprios autos ação proposta por consumidor. Não tendo sentido o Código estabelecer normas que não sejam de interesse direto do consumidor, como, por exemplo ação de regresso entre outros fornecedores.<sup>49</sup>

Rizzato Nunes argumenta ainda que essa proibição veio em benefício do consumidor, tornando mais fácil e rápida a reparação dos danos causados ao consumidor, que não tem como compelir ou suportar, em uma ação indenizatória, uma ou várias lides secundárias, que poderão surgir entre o vendedor e/ou o fabricante, entre este e/ou o fornecedor de matéria-prima, e daí por diante, transformando a proteção constitucional em uma ilusão interminável. Sendo o instituto da denúncia da lide um complicador

---

<sup>49</sup> NUNES, Rizzato. **O Código de Defesa do Consumidor e sua interpretação jurisprudencial**. 3. ed. rev. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2007. p. 389.

processual, é incompatível com o objetivo traçado pelo Código de Defesa do Consumidor, de fornecer proteção rápida e eficaz àquele destinatário final de produto ou serviço.<sup>50</sup>

Diante disso, fazendo uma interpretação sistemática desta norma, podemos inquirir que o legislador pretendeu apenas proibir a denunciação da lide e, desta forma, garantir o princípio da celeridade processual em prol do consumidor lesado, uma vez que a vedação expressa contida no parágrafo único do art. 13, do Código de Defesa do Consumidor, dá-se apenas nas hipóteses de fornecimento de produto, não sendo aplicada nas hipóteses do art. 14, que assim dispõe:

o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e risco.

Tal vedação não se estende às hipóteses de prestação de serviço.

Nesse ponto, não interessa observar a conduta do fornecedor do serviço, mas sim, a existência do nexo causal entre o dano e o produto ou serviço.

Porém, no entendimento de Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, a vedação da denunciação da lide deve ser observada em todas as hipóteses contempladas pelo Código de Defesa do Consumidor, pois não cabe essa modalidade de intervenção de terceiros nas relações de consumo.<sup>51</sup> Argumenta, ainda, que a melhor opção exegética orienta-se no sentido da proibição ampla da denunciação da lide nas ações indenizatórias ajuizadas com base nos artigos 12 ao 17 do Código de Defesa do Consumidor.

---

<sup>50</sup> NUNES, Rizzato. op.cit. p. 389.

<sup>51</sup> SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor e a Defesa do Fornecedor**. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 188.

### **3.2. A denúncia da lide, no Código de Defesa do Consumidor, segundo a jurisprudência**

Podemos encontrar na jurisprudência brasileira dois momentos distintos na aplicação da denúncia da lide nas relações de consumo: antes e depois de 2006.

Até meados de 2006 predominava, na nossa jurisprudência, a impossibilidade de aplicação da denúncia da lide nas causas referentes a relações de consumo, obedecendo-se literalmente e tão somente a vedação apresentada pelo artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor remetendo ao parágrafo único do art. 13 do mesmo diploma legal.

São várias as decisões nesse sentido e, para melhor ilustrar tal entendimento, trazemos a colação alguns importantes julgados do Superior Tribunal de Justiça, entendendo que a redação já citada era aplicada em todos os casos que versassem sobre direito do consumidor.

O primeiro caso é o julgamento do AgRg no agravo de instrumento n. 777.155/DF, Relator, Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, com a seguinte ementa.

CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ. DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. DENÚNCIAÇÃO À LIDE. IMPOSSIBILIDADE. ART. 88 DO CDC. SÚMULA N 7/STJ.

1. É inviável o agravo de instrumento previsto no artigo 545 do Código de Processo Civil, quando inatacados os fundamentos da decisão agravada. Súmula 182/STJ.

2. Caracterizado o negocio como compra e venda pelas instâncias ordinárias, o que não pode ser revisto em sede de recurso especial, ao teor da Súmula n. 7 do STJ, trata-se de relação de consumo, protegida pelo Código de Defesa do Consumidor, descabendo a denúncia à lide (art. 88 do CDC). Precedente.

### 3. Agravo desprovido.<sup>52</sup>

Verificando os fundamentos do julgado, mais precisamente o item IV, em que o relator afirma: “A denunciação da lide não é cabível em demandas que envolvem direito do consumidor”, percebemos que a vedação é expressa, não sendo possível denunciação da lide em qualquer relação que envolva direito do consumidor. Mais adiante, o relator reafirma essa posição quando diz: “quanto à primeira questão, assente esta Corte que, quando a demanda versada é relativa a direito do consumidor, incabível a denunciação, ex vi do artigo 88, do CDC”.

No julgamento do REsp 782.919/SP, o Relator Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, também firmou entendimento no mesmo sentido. Vejamos a ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. DENUNCIÇÃO À LIDE. IMPOSSIBILIDADE.

Em se tratando de relação de consumo, protegida pelo Código de Defesa do Consumidor, descabe a denunciação da lide (art. 88 do CDC). Precedente da Quarta Turma – RESP 660.133/RJ.

Recurso especial não conhecido.<sup>53</sup>

E nos fundamentos do seu voto o eminente Relator cita a Ministra Nancy Andrighi, corroborando sua decisão, conforme exposto:

Neste particular, salientou a E. Ministra NANCY ANDRIGHI: “Por outro lado, o acórdão deu aplicação ao artigo 88 do CDC que veda a denunciação da lide nas ações fulcradas em relação de consumo, e, que, para NELSON NERY JUNIOR, se estende – a restrição à denunciação à lide – a toda e qualquer relação de consumo, e não apenas às alencadas no art. 13 do CDC, que versa responsabilidade objetiva do fabricante, construtor, empreendedor e outros” (AGA 364178/RJ, DJU 11.06.01). incabíveis, portanto, também, neste ponto, as razões recursais”. Descabida, pois a denunciação da lide pretendida pelo recorrente.

<sup>52</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Quarta Turma. AgRgAg nº 777.155/DF. Ementa: [...], Relator: Aldir Passarinho Junior. Brasília, DF, 7 de Nov. 2006. DJE. 11.12.2006.

<sup>53</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Quarta Turma. REsp 782.919/SP. Ementa: [...], Relator: Fernando Gonçalves. Brasília, DF, 12 dez. 2005. DJE. 1º.2.2006.

Outro importante julgado, e mais antigo, é da relatoria do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, REsp 464.466-MT, Terceira Turma, que serviu de precedente para os casos citados anteriormente. Porém, aqui, a ementa do julgado é muito precisa quanto à vedação da denunciação da lide. Nessa decisão ficou bem claro que tal vedação tem como base o artigo 13 do Código de Defesa do Consumidor. Vejamos a ementa:

Ação de indenização por dano moral. Pagamento indevido de cheque. Art. 88 do Código de Defesa do Consumidor. Denunciação da lide.

1. Havendo relação de consumo, é vedada a denunciação da lide com relação às hipóteses do art. 13 do Código de Defesa do Consumidor, determinando o art. 88 que a ação de regresso “poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, vedada a denunciação da lide”. Ora, o artigo 13 do Código de Defesa do Consumidor cuida da responsabilidade do comerciante, o que não é o caso, do fornecedor de serviços, alcançado pelo art. 14 do mesmo Código. Daí que, em tal circunstância, não há falar em vedação à denunciação da lide com tal fundamento.

2. Recurso especial conhecido e provido.<sup>54</sup>

Portanto, pelos fundamentos expostos, vimos que, inicialmente, em nenhuma hipótese, era possível a denunciação da lide quando o tema versasse sobre causas envolvendo relação de consumo, em decorrência do disposto no artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor.

### **3.3. A denunciação da lide, no Código de Defesa do Consumidor, segundo a jurisprudência favorável quanto à sua aplicação.**

A jurisprudência tem evoluído bastante em relação ao tema, e a partir de 2006, passou a dar outra interpretação ao artigo 88, de forma que tal vedação não ultrapasse a hipótese do parágrafo único do art. 13 do Código de Defesa do Consumidor. Nesse sentido, temos vários julgados.

<sup>54</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Terceira Turma. REsp 464.466/MT. Ementa: [...], Relator: Carlos Alberto Menezes Direito. Brasília, DF, 6 jun. 2003. DJO. 1º.9.2003.

O REsp 439.233/SP, Relator Ministro Aldir Passarinho Junior, apresenta a seguinte ementa:

CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. TRAVAMENTO DE PORTA DE AGÊNCIA BANCÁRIA. DENÚNCIAÇÃO À LIDE DA EMPRESA DE SEGURANÇA. REJEIÇÃO COM BASE NO ART. 88 DO CDC. VEDAÇÃO RESTRITA A RESPONSABILIDADE DO COMERCIANTE (CDC, ART. 13). FATO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO COM BASE NA RELAÇÃO CONSUMERISTA. HIPÓTESE, TODAVIA, QUE DEVE SER APRECIADA À LUZ DA LEI PROCESSUAL CIVIL (ART. 70, III). ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO. MULTA. AFASTAMENTO. SÚMULA N. 98-STJ.

I. A vedação à denúncia à lide disposta no art. 88 da Lei n. 8.078/1990 restringe-se à responsabilidade do comerciante por fato do produto (art. 13), não alcançando o defeito na prestação de serviços (art. 14), situação, todavia, que não exclui o exame do caso concreto à luz da norma processual geral de cabimento da denúncia, prevista no art. 70, III, da lei adjetiva civil.

II. Anulação do acórdão estadual, para que a Corte a quo se manifeste sobre o pedido de denúncia à lide, nos termos acima.

III. Precedentes do STJ.

IV. "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório" (Súmula n. 98 do STJ).

V. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.<sup>55</sup>

O ministro Aldir Passarinho Júnior, ao apreciar esse processo, foi taxativo ao afirmar que a vedação expressa do artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor não é exaustiva, e sob a ótica processual usual do art. 70, III, nem sempre necessita da intervenção de um terceiro para a elucidação da causa, cuja relação jurídica é exclusivamente com o réu, e que sua participação em uma causa em andamento, ao contrário de ajudar, retardaria o curso do processo.

O item I da ementa desse julgado é muito preciso para disciplinar a vedação do artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor. Aqui ficou bem claro que tal vedação só atinge o parágrafo único do artigo 13, não abrangendo os outros dispositivos legais. Senão vejamos:

---

<sup>55</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Quarta Turma. REsp nº 439.233/SP. Ementa: [...], Relator: Aldir Passarinho Júnior. Brasília, DF, 4 out. 2007 DJE. 22.10.2007.

I. A vedação à denúncia à lide disposta no art. 88 da Lei n. 8.078/1990 restringe-se à responsabilidade do comerciante por fato do produto (art. 13), não alcançando o defeito na prestação de serviços (art. 14), situação, todavia, que não exclui o exame do caso concreto à luz da norma processual geral de cabimento da denúncia, prevista no art. 70, III, da lei adjetiva civil.

Assim, nesse caso concreto, o Ministro reconheceu que seria possível a aplicabilidade da denúncia da lide à luz de outras normas processuais.

Em outro julgamento semelhante, do mesmo relator, REsp 1.024.791/SP, temos:

CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE DEVEDORES. CHEQUES ROUBADOS DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ENTREGA DOS TALONÁRIOS. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE. REJEIÇÃO COM BASE NO ART. 88 DO CDC. VEDAÇÃO RESTRITA A RESPONSABILIDADE DO COMERCIANTE (CDC, ART. 13). FATO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO COM BASE NA RELAÇÃO CONSUMERISTA. DESCABIMENTO. ABERTURA DE CONTENCIOSO PARALELO.

I. A vedação à denúncia à lide disposta no art. 88 da Lei n. 8.078/1990 restringe-se à responsabilidade do comerciante por fato do produto (art. 13), não alcançando o defeito na prestação de serviços (art. 14).

II. Precedentes do STJ.

III. Impossibilidade, contudo, da denúncia, por pretender o réu inserir discussão jurídica alheia ao direito da autora, cuja relação contratual é direta e exclusiva com a instituição financeira, contratante da transportadora terceirizada, ressalvado o direito de regresso.

IV. Recurso especial não conhecido.<sup>56</sup>

Aqui, o relator só reafirmou o que já havia decidido no julgamento anterior.

Porém, em julgamento de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, no REsp 972.766/SP<sup>57</sup>, essa matéria foi amplamente debatida. Surgiu, daí, uma outra interpretação no tocante à matéria.

A ministra argumentou que já existe reiterada jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça, vedando a denúncia da lide em processos em que se discute uma relação de consumo, conforme estabelece o artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor.

<sup>56</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Quarta Turma. REsp nº 1.024.791/SP. Ementa: [...], Relator: Aldir Passarinho Júnior. Brasília, DF, 5 fev. 2009. DJE. 9.3.2009.

<sup>57</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Terceira Turma. REsp 972.766/SP. Ementa: [...], Relatora Andrighi. Brasília, DF, 25 dez. 2007. DJE. 27.2.2008.

Porém, para ela, tal orientação é restrita apenas para as hipóteses de fornecimento de produtos (art. 13 do CDC), não sendo aplicada nas hipóteses do artigo 14 do mesmo diploma legal.

Argumentou ainda, que nesse processo havia uma peculiaridade a ser considerada:

A hipótese dos autos é de fornecimento de produto defeituoso. Assim, em princípio seria vedada a litisdenúncia. No entanto, há no processo, uma peculiaridade que tem de ser considerada: O Tribunal reconheceu que o art. 88 do CDC seria aplicável e vedaria a denúncia da lide mas, interpretando a norma teleologicamente, ponderou que o fim almejado pela legislação seria o de favorecer o consumidor em juízo, poupando-lhe tempo no processo, que se tornaria mais direto e simples com a intervenção de terceiro. Assim, só haveria sentido em aplicá-la, se esse fim pudesse ser atingido mediante tal postura.<sup>58</sup>

Concluindo esse argumento, acrescentou que o Tribunal não poderia mais garantir um processo célere, uma vez que o terceiro já havia intervindo no processo e praticado todos os atos de defesa; não havia mais prejuízo, pois o retardamento do processo já estava consumado.

A Ministra argumentou também que o Tribunal ainda não havia enfrentado uma questão como essa, e que o STJ sempre confirmou os julgados que vedava a denúncia da lide com base no art. 88 do CDC. Desta forma, verificou que os fundamentos adotados pelo Tribunal, como os eventuais efeitos procrastinatórios que já haviam ocorrido, estes deveriam ser aproveitados em prol da economia processual.

---

<sup>58</sup> REsp 972.766/SP. op.cit.



## CONCLUSÃO

Com a instituição do Código de Defesa do Consumidor Lei n. 8.078/90, grandes transformações ocorreram no ordenamento jurídico, pois, com a vigência dessa norma, as relações de consumo passaram a ser tratadas dentro do seu próprio estatuto, com abrangência geral nas relações de consumo, possibilitando mais efetividade ao consumidor.

A intervenção de terceiros é um tema extrema relevância, pois é um incidente que ocorre comumente no processo de conhecimento, podendo também ocorrer na execução. São várias as formas de intervenção de terceiros, e sua previsão legal encontra-se no Código de Processo Civil.

Tal intervenção ocorre quando alguém que não é parte em uma relação processual, venha a integrar esta relação, portanto, todos os elementos que vierem a figurar futuramente no processo, em posição diversa das partes, são considerados terceiros.

Como essas considerações, vale dizer que a intervenção de terceiros costuma não ser admitida nas relações de consumo, pois, como uma das finalidades da defesa do consumidor é a rápida reparação de seus danos, entende-se que, com a intervenção de terceiros, haverá um retardamento no desenrolar do processo, que não se coaduna com o sistema consumerista.

Para a maioria da doutrina brasileira não é possível a denunciação da lide nas causas que envolvam relação de consumo. Pois essa modalidade de intervenção de terceiros tem vedação expressa no art. 13, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor.

Na jurisprudência, havia também grande divergência sobre o tema contando com dois momentos distintos, antes e depois de 2006. Antes de 2006, a vedação era expressa a todas as causas em que houvesse relação de consumo. Porém, a jurisprudência evoluiu dando outra interpretação ao art. 88 do Código de Defesa do Consumidor, interpretação essa de forma mais literal, onde tal vedação seria somente nos casos previstos nas hipóteses do parágrafo único do artigo 13 do Código citado.

A inovação trazida nessa nova interpretação foi mais uma forma que a jurisdição achou para aumentar a efetividade da prestação jurisdicional em favor do consumidor, pois, se assim não fosse, poderia afetar a principal finalidade dessa norma, que é o princípio da celeridade.

A partir do que foi desenvolvido no presente trabalho, não restam dúvidas da aplicação da denunciação da lide nas causas envolvendo relações de consumo. Porém, tal aplicação é limitada somente ao art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, que trata da prestação de serviços, conforme estabelece o artigo 88, do Código de Defesa do consumidor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Batista de. **A proteção jurídica do consumidor**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva 2002.

ALVIM, Eduardo Arruda Carreira. **Curso de Direito Processual Civil**. 1ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva 1996.

BONATTO, Cláudio; MORAES, Paulo Valério Dal Pai. **Questões Controvertidas no Código de Defesa do Consumidor**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Intervenção de Terceiros**. 14ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva. 2003.

CARVALHO, José Carlos Maldonado de. **Direito do Consumidor – Fundamentos doutrinários e visão jurisprudencial**. Rio de Janeiro: Destaque, 2002.

CINTRA, Antônio Carlos de Araujo, Ada Pellegrini Grinover, Candido Rangel Dinamarco. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 25ª ed. P. 315/316.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. Campinas: Bookseller, 2009.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. São Paulo: Malheiros, 2001, v.2.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FILOMENO, José Geraldo Brito in GRINOVER, Ada Pellegrini; DENARI, Zelmo; et. Al. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FUX, Luiz, 1953 – **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

JR., Fredie Didier. **Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. V. I. Revista, ampliada e atualizada de acordo com a EC/45, o Código Civil, as súmulas do STF, STJ e TFR e as Leis Federais n. 11.232/2005, 11.276/2006, 11.277/2006, 11.280/2006, 11.382/2006, 11.417/2006, 11.418/2006 e 11.419/2006. Salvador. Ba. Edições Podivm. 2007.

LEI Nº 8.078, de 11.9.1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, DOU de 12.9.90.

MARQUES, Cláudia Lima. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. Cláudia Lima Marques, Antonio Herman V. Benjamin, Bruno Miragem. – 2. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006

\_\_\_\_\_. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 22 ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

MORAIS, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor com exercícios**. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Código de Defesa do Consumidor e sua interpretação jurisprudencial**. 3. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2007.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. **Curso de Direito Processual Civil**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1998.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor e a Defesa do Fornecedor**. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil, volume 1, processo de conhecimento**. 12 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil, Volume I, Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. Luiz Rodrigues Wambier, Flávio Renato Correia

de Almeida, Eduardo Talamini; coordenação Luiz Rodrigues Wambier. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.